

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – TURMA 2012**

SÉRGIO FERNANDO CORSO

**IMIGRANTES BRASILEIROS E A POLÍTICA MIGRATÓRIA DO PARAGUAI NA
DÉCADA DE 1960 A 1980**

**CURITIBA
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA – TURMA 2012

SÉRGIO FERNANDO CORSO

**IMIGRANTES BRASILEIROS E A POLÍTICA MIGRATÓRIA DO PARAGUAI NA
DÉCADA DE 1960 A 1980**

Monografia apresentada como avaliação final do curso de Especialização em Sociologia Política – turma 2012, da Universidade Federal do Paraná sob orientação do Professor Dr.: Alexsandro Eugênio Pereira.

CURITIBA
2013

RESUMO

A década de 1960 até a de 1980 foi um período de abertura política e econômica que promoveu a imigração de muitos brasileiros agricultores para a região de fronteira do Paraguai. Neste trabalho, pretende-se apresentar a política migratória e agrária de Stroessner no período delimitado, analisando o contexto de ocupação de algumas áreas específicas. O método de pesquisa utilizado para compor este trabalho é o monográfico, tendo por base o estudo bibliográfico. A comparação entre os estudos demonstra que um dos motivos principais da abertura migratória ao território paraguaio foi o espírito de cooperação entre Brasil e Paraguai com intenções desenvolvimentistas. O processo migratório dos brasileiros se deu em decorrência das dificuldades enfrentadas pelos agricultores no Brasil e pela facilidade de compra de terras no Paraguai, estas facilidades decorrem devido às políticas agrárias do governo paraguaio. A expansão da agricultura mecanizada culminou na expulsão dos brasileiros e pequenos agricultores, que, vendo sua esperança de adquirir terras no Paraguai acabada, tentaram voltar ao Brasil a partir da metade da década de 1980, coincidindo com o fim da ditadura e a saída do presidente Stroessner do governo. A questão identitária é tratada pelos autores como uma consequência da imigração, para minimizar os conflitos e facilitar a adaptação dos imigrantes brasileiros ao país, o que originou uma “nova” identidade, a brasiguaia. A conclusão define que a política Stroessner alcançou o propósito de transformar a região fronteiriça em uma área de agricultura modernizada, mas trouxe prejuízos sociais e culturais para ambos os lados, aumentando as desigualdades sociais entre os paraguaios e acarretando uma problemática identitária a ser resolvida em ambos os países.

Palavras-chave: Migração. Agricultura. Brasil. Paraguai.

ABSTRACT

The decades from 1960 to 1980 were a political and economical period that promoted the immigration of many Brazilian farmers to the region of Paraguay's border. This paper intends to show the migratory and agrarian policy of Stroessner in the delimited period, analyzing the occupation context of some specific areas. The research method used to compose this work is monographic, based on the bibliographical study. The studies show that one of the main reasons for the migration to the Paraguayan territory was the cooperation spirit between Brazil and Paraguay, for developmental intentions. The Brazilian migratory process was a result of the difficulties faced by farmers and the facility to purchase land in Paraguay. These facilities were the result of the agrarian politics of Paraguay's government. Therefore, the expansion of mechanized agriculture culminated in the expulsion of Brazilian and small farmers, who saw their hopes of acquiring land in Paraguay gone. They tried to return to Brazil in the mid 80's, coinciding with the end of the dictatorship and departure of president Stroessner from the government. The identity question is treated by the authors as a consequence of immigration. To minimize conflicts and facilitate the adaptation of Brazilian immigrants in the country, a "new" identity was formed, the "brasiguia". The conclusion defines that Stroessner policy reached the goal of turning the border region in an area of modernized agriculture, but brought as well, social and cultural losses to both sides, increasing inequalities between Paraguayans and causing an identity problem to be solved in both the countries.

Key-words: Immigration. Agriculture. Brazil. Paraguay.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
CAPÍTULO I	
1 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO MIGRATÓRIO DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI NO PERÍODO DE 1960-1980.....	8
1.1 ABERTURA POLÍTICA ENTRE OS GOVERNOS BRASILEIRO E PARAGUAIO	9
1.2 A POLÍTICA AGRÁRIA DE STROESSNER E A MIGRAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980.....	14
CAPÍTULO II	
2 IMPACTOS DA IMIGRAÇÃO NA VIDA DOS MIGRANTES BRASILEIROS PELA EXPANSÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA DE STROESSNER.....	20
2.1 CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS E SOCIAIS DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA AO PARAGUAI.....	22
2.2 A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOS MIGRANTES BRASILEIROS.....	26
CONCLUSÃO.....	31
REFERENCIAS.....	33

INTRODUÇÃO

As questões migratórias entre o Brasil e o Paraguai possuem relevância no estudo sociológico em virtude da importância que o contexto migratório teve para os dois países, principalmente no que diz respeito à concentração de brasileiros em áreas paraguaias na década de 1960 até a década de 1980, período que coincide com a política ditatorial no Paraguai, comandado pelo General Alfredo Stroessner.

A política de Stroessner teve como base a abertura das fronteiras a migrantes, em sua maioria agricultores, com o intuito de expandir a produção e aumentar o capital no país. Isso intensificou o processo migratório de brasileiros ao Paraguai, que passaram a conviver e trabalhar juntos com paraguaios, num processo que marcou o contexto agrário paraguaio e as relações do país com o Brasil (BÁRBARA, 2005).

O processo de migração no Paraguai com relação à ocupação e desenvolvimento teve um maior destaque nas décadas de 1960 a 1980, onde neste período a política de Stroessner se alterou facilitando ainda mais a compra de terras pelos brasileiros, sendo a intenção do presidente trazer para o país os moradores do Sul do Brasil, que possuíam maior tecnologia agrícola, visando o cultivo mecanizado com o intuito de valorizar as terras no Paraguai. Dessa maneira, atraídos pelos baixos valores das terras, pelo auxílio financeiro do governo paraguaio e pela cooperação brasileira, em especial na construção da Hidrelétrica de Itaipu, muitas famílias de brasileiros cruzaram a fronteira buscando melhorar de vida e aproveitar a política paraguaia para adquirir suas próprias terras (GONÇALVES, 2010).

Esta política de reforma agrária do Paraguai influenciou o contexto social e econômico de muitos brasileiros, oferecendo novas possibilidades aos migrantes, mas operando também muitas mudanças internas que merecem destaque no contexto dos estudos sociológicos.

Nessa perspectiva, o objetivo deste estudo é analisar a política migratória de Alfredo Stroessner no Paraguai, período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980. Nesse propósito, pretende-se apresentar a questão migratória no período delimitado, analisando o contexto de ocupação de algumas áreas específicas, através da comparação de estudos realizados por três diferentes autores: Carlos Alberto Ferrari (2009), Maria Izabel Fiorentim (2010) e Karoline Batista Gonçalves (2011). Ferrari (2009) apresenta o contexto da política Stroessner analisando a expansão do

agronegócio e a presença dos brasileiros no Alto Paraná (Paraguai), enquanto Fiorentim (2010) analisa o contexto migratório e a fixação dos agricultores brasileiros no Paraguai em diferentes localidades. Gonçalves (2011) trata da fixação dos brasileiros no território paraguaio analisando a formação identitária dos brasileiros, tendo como foco a Colônia Nueva Esperanza (Paraguai).

O método de pesquisa utilizado para compor este trabalho é o monográfico, tendo por base o estudo bibliográfico, que é apropriado para a investigação de áreas, fatos ou fenômenos relacionados ao tema. A pesquisa bibliográfica é um procedimento adequado para obter as informações necessárias à composição do estudo, permitindo um acesso maior aos conteúdos necessários para apresentar a temática. É realizada mediante pesquisa de informações já publicadas ou analisadas em livros, artigos de periódicos, materiais disponibilizados na Internet, documentos, e outros.

O presente trabalho está dividido, didaticamente, em três partes:

A introdução traça o contexto básico que levou à migração brasileira em busca de terras no Paraguai, tendo em vista a política agrária de Stroessner. Delimita-se o tema e traçam-se os objetivos que servem de parâmetro para a composição da monografia.

No capítulo I são apresentados o contexto histórico e o processo migratório ocorrido pela política do Paraguai que incentivou a migração de agricultores brasileiros para o Paraguai. Neste capítulo também são expostos os principais aspectos da migração e as principais causas apontadas para o processo.

No capítulo II expõe-se a dinâmica social e cultural que envolveu os imigrantes brasileiros e os paraguaios e o impacto da política Stroessner sobre o processo de implantação dos migrantes nas áreas deliberadas para a expansão da política agrária paraguaia, o que contribuiu para a formação identitária dos imigrantes brasileiros.

A conclusão traz as considerações sobre o tema, levando em conta as análises realizadas pelos autores dos trabalhos que serviram de base para o presente estudo, com um breve parecer do autor deste, acerca da relevância da política migratória de Stroessner para o contexto histórico e social do processo migratório do período.

CAPÍTULO I

1 CONTEXTO HISTÓRICO DO PROCESSO MIGRATÓRIO DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI NO PERÍODO DE 1960-1980

O processo migratório é parte inerente da atenção dos governos mediante a criação de políticas públicas voltadas a trazer migrantes ou impedir/difícultar a entrada destes no país. O Estado precisa manter um equilíbrio entre o poder político e os interesses privados e, para isso, se utiliza de políticas públicas como uma estratégia de intervenção reguladora, estabelecendo uma complementaridade funcional entre o sistema político e o sistema econômico. Assim, a ação do Estado é expressada pelas políticas públicas, através das quais realiza intervenções na dinâmicas sociais e econômicas e em seus atores e instituições (RODRIGUES, 1997).

Considerando que as políticas públicas estão voltadas à “realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (SILVA et al, 2007, p. 44), estas devem ser direcionadas a atender a coletividade ou a um grupo de pessoas ou indivíduos que demandam a atenção do governo em prol de seus interesses. No caso dos migrantes, as políticas públicas refletem seus interesses e os do Estado e são reguladas mediante leis específicas e a criação de medidas econômicas, sociais e políticas de atenção a esse grupo específico.

Conforme Santos (2003, apud FIORENTIM, 2010, p. 19), “as migrações são um fenômeno social expressivo, resultante de um processo global de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais importantes, das quais não podem ser separadas [...]”.

Atualmente, as migrações são influenciadas pelo sistema capitalista neoliberal e devem ser compreendidas no contexto da economia globalizada. Os fluxos migratórios são bilaterais, ou seja, ocorrem tanto do território brasileiro para outros territórios quanto desses outros territórios para o brasileiro. A política que regula o processo migratório deve ser consistente, para que o migrante tenha uma política condizente com sua realidade e não tenha sua legitimidade colocada em risco pela falta de intervenção adequada por parte do Estado, criando situações sociais que prejudiquem aos indivíduos que vivem no seu território (ARAÚJO, 2012).

Nessa perspectiva, apresenta-se o contexto do processo migratório dos brasileiros para o Paraguai, durante a abertura política de Stroessner e do processo de reforma agrária implementados por ele a partir de 1954, considerando, de forma específica, o período compreendido entre a década de 1960 e a década de 1980.

1.1 ABERTURA POLÍTICA ENTRE OS GOVERNOS BRASILEIRO E PARAGUAIO

O Brasil e o Paraguai possuem relações antigas, nem sempre pacíficas, mas com histórico positivo do ponto de vista das políticas de relacionamento migratório. A Guerra do Paraguai, na década de 1870, e a saída do Brasil da região da Bacia do Prata, deixou marcas nas relações internacionais, especialmente entre a Argentina e o Paraguai. Foi relevante o restabelecimento da presença brasileira nos dois países com vistas a reequilibrar os pesos econômicos e políticos do Brasil e da Argentina na região. Conforme Costa (2009), uma das estratégias adotadas pelo Brasil para restabelecer o poder na região do Prata foi tentar a reaproximação com o Paraguai, o que ocorreu a partir da década de 1930.

Assim teve início à ampliação das relações entre os dois países, numa política de cooperação para estabelecer uma política internacional que atendesse a ambos os lados, em especial nos aspectos militares e econômicos. O intercâmbio comercial, cultural e político, possibilitaram a presença brasileira de forma maciça em solo paraguaio, chegando o aparato brasileiro a ser apenas inferior ao dos Estados Unidos. O Brasil mantinha algumas instituições em áreas importantes no Paraguai, como: o Instituto Paraguai-Brasil (com missão diplomática, cultural e militar), o consulado, o escritório comercial, o Correio Aéreo Nacional, a agência do Banco do Brasil e o Serviço de Navegação da Bacia do Prata. A política brasileira visava a

[...] prover o Paraguai de comunicações duráveis que lhe abrissem as portas do Brasil e do Atlântico, concluindo a rodovia de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero e a ferrovia com terminais em Santos e Porto Esperança; e sobre essa base física, firmar entendimentos para cooperação econômica e intercâmbio comercial e cultural (CERVO, 2001, p. 178).

Diversos fatos citados por Oliveira (2011) confirmam a intenção cooperativa entre os dois governos, em especial após o golpe de 1954, que tornou o General Alfredo Stroessner presidente do Paraguai. Diversas atitudes de Stroessner demonstram a reaproximação com o Brasil, entre elas a assinatura do Tratado da

Itaipu Binacional (1973), a assinatura da Ata das Cataratas (1966), e a política migratória que permitiu condições privilegiadas de entrada de imigrantes brasileiros ao território paraguaio. As políticas governamentais de Stroessner tinham no Brasil as alianças necessárias para tirar o país do primitivismo agrícola e fortalecer o regime militar.

A ascensão de Alfredo Stroessner¹ à presidência do Paraguai, em 1954, marcou um período de maior cooperação com o Brasil, tendo o governo paraguaio o propósito de ampliar sua participação no mercado externo² e assegurar independência política e econômica em relação à Argentina. Através dos portos brasileiros, Stroessner via uma alternativa de escoamento dos produtos paraguaios e impulsionava seu desenvolvimento através da cooperação das empresas brasileiras, argentinas e companhias norte-americanas. Essa visão progressista de Stroessner possibilitou a implementação de uma política de vinculação dos interesses paraguaios com os brasileiros, produzindo resultados importantes em diversos contextos do país, como o aproveitamento hidrelétrico do Mondaí e do Acaraí, a instalação de estradas no território paraguaio, o uso do porto de Paranaguá, a inauguração da Ponte da Amizade, em 1965, o apoio moral, técnico e militar, entre outros aspectos (COSTA, 2009).

Fiorentim (2010) comenta que a presença de brasileiros no território paraguaio decorre de um processo que envolve uma série de fatores derivados das relações econômicas e políticas dos governos brasileiro e paraguaio, sendo fundamental para esse processo a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e a migração interna de agricultores para a região oeste do Paraná, dos processos econômicos, políticos e

¹¹ Em um cenário político de sucessivos golpes, perseguições, hegemonia e fortalecimento do Partido Colorado e das Forças Armadas, caracterizado pelo terror político, o general Alfredo Stroessner foi eleito para presidente da República, após um golpe militar que tirou da presidência Federico Chávez. Stroessner chegou ao poder com um discurso pacificador e propósito modernizante. Embora rígido no campo político, no campo econômico a ditadura Stroessner apresentou um intenso crescimento, tendo maior fortalecimento na agropecuária, com o aumento de fluxo de capitais estrangeiros, isenção de impostos e créditos a juros baixos. O setor industrial tirou vantagens com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, mas o crescimento econômico não alcançou a maioria da população, já que apenas 1% detinha 80% da riqueza nacional. A desaceleração econômica após a década de 1980 provocou a queda de Stroessner em fevereiro de 1989 (BORGES, 2012).

² Após assumir o governo o general Alfredo Stroessner teve como prioridade conseguir o apoio do Partido Colorado, que juntamente com as Forças Armadas lhe proporcionaram sustentação política. Assim, após “ajeitar a casa” o general Stroessner começou a colocar em prática um plano de modernização econômico denominado “Plano de Crescimento para Fora”, que visava aumentar a presença paraguaia no mercado externo, exportando o que até ali o Paraguai produzia como a pecuária, a erva-mate e o algodão. (GONÇALVES, 2010).

sociais vivenciados no Brasil, e dos interesses dos agricultores em manter o seu modo de vida.

No contexto do início do Século XX, o Brasil passou a priorizar a expansão da agricultura, centrando esforços para ampliar as exportações. No início dos anos 30 e meados da década de 1940, houve um aumento de migrantes internos para a região Oeste do Paraná, para trabalhar nas empresas colonizadoras, chamadas obrages. A migração de agricultores para a região aumentou consideravelmente nas décadas de 1950 e 1960, quando milhares de colonos sulistas, provenientes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, descendentes de poloneses, alemães e italianos, migraram para a região Oeste do Paraná, dedicando-se ao corte de madeira, desmatamento e substituição de árvores por lavouras de cereais, algodão e criação de suínos. Esses migrantes vinham providos de algum recurso financeiro para compra de terras, de razoável capacidade produtiva e de conhecimento técnico e agrícola e instrumentos de trabalho, que facilitava sua instalação na região. A associação do governo do Paraná com empresas colonizadoras, destacando-se a Maripá³, possibilitou a fixação dos colonos e a expansão da agricultura, principalmente no cultivo de soja e trigo (FIORENTIM, 2010).

Neste cenário, dois fatores contribuíram para o povoamento desta região. O primeiro fator refere-se à saturação da capacidade das regiões originais dos migrantes de mantê-los, pois a maioria era oriunda do campo e nas suas áreas de origem as propriedades eram muito pequenas, não mais os comportando. O segundo fator refere-se à importância que especialmente o oeste do Paraná assumiu como lugar de destino dos migrantes, dada a sua capacidade de absorção desde a proximidade com seu local de origem. (RIPPEL, 2005, apud FIORENTIM, 2010, p. 11).

A partir da década de 1960, o Estado brasileiro desenvolveu políticas visando ao incremento das exportações brasileiras consolidando o processo de modernização da agricultura brasileira. Em virtude dessa política houve uma modificação nas relações sociais de produção, tendo a agricultura se especializado e orientando-se para um ou mais produtos, permitindo a industrialização do campo, mas com

³ A empresa Maripá – Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A, de origem gaúcha, adquiriu uma gleba de terras na região oeste, dividindo-a em pequenas propriedades, para que os agricultores migrantes, com pequenos recursos, pudessem adquirir a terra para cultivo. O Estado se associou a outras empresas colonizadoras, que deviam dividir as terras negociadas em lotes rurais, montar uma infra-estrutura mínima necessária para que os migrantes pudessem ali viver com suas famílias. As terras boas e baratas chamaram a atenção, mas o intuito maior foi político, de nacionalizar a fronteira, expandir o capital e colonizar a região com os sulistas, principalmente os gaúchos (FIORENTIM, 2010).

consequências para os pequenos produtores, que se viram condicionados a atender à modernização agrícola ou migrar. Essa situação era imposta aos pequenos agricultores devido às circunstâncias, que excluía a agricultura familiar do processo capitalista e global. Vendo-se descapitalizados, forçados a vender parte ou toda a propriedade para pagar dívidas, restou ao agricultor migrar em busca de um local que oferecesse condições de sobrevivência na condição de produtor rural. Enquanto alguns conseguiram adquirir propriedades próximas de onde já viviam, a maioria dos agricultores migrou para a região do Paraguai⁴ (FIORENTIM, 2010).

Sobre o deslocamento de imigrantes brasileiros para o Paraguai, Ferrari (2009) afirma que não foi somente a política agrária brasileira que expulsou os agricultores da região oeste do Paraná. A construção da Hidrelétrica de Itaipu, no extremo oeste do Paraná e leste paraguaio, foi um fator decisivo para o fenômeno migratório de brasileiros e paraguaios. A construção de Itaipu, no entanto, significou a expropriação de aproximadamente 45 mil pessoas⁵ que viviam do trabalho na terra e que tiveram que deixar suas moradias e terras sem ter para onde ir. Em decorrência, a migração foi obrigatória e a entrada no território paraguaio foi bastante intensa no final dos anos 1970 e início de 1980. A respeito da migração desses camponeses brasileiros, Ferrari (2009, p. 99), comenta:

A migração dos pequenos agricultores que foram indenizados por Itaipu para território paraguaio ocorreu, entre outras coisas, pelos preços praticados pela direção da usina na indenização, muito aquém dos reais valores do mercado e, assim como a terra no Paraguai era muito barata muitos desses camponeses atravessaram a fronteira, principalmente para o Alto Paraná.

Conforme Fiorentim (2010), a construção da Hidrelétrica de Itaipu foi parte de um acordo bilateral com o Paraguai e facilitou a proposta política agrária do presidente Stroessner, concomitante aos fatos que ocorriam na política interna brasileira. As

⁴ A partir da década 1960, com mais intensidade no decênio de 1970, milhares de trabalhadores brasileiros decidiram tentar a sorte no outro lado do limite internacional, rumo à fronteira agrícola que se abria na RFO do Paraguai. A grande maioria dessa população de camponeses que emigrou era a mesma que outrora havia colonizado a região sudoeste-oeste e norte-noroeste paranaense, entre as décadas de 1930 a 1970 (PRIORI; KLAUCK, 2010).

⁵ Itaipu foi responsável pela expropriação de aproximadamente 45.000 pessoas para o Paraguai, sendo que, destas, 9.000 pessoas viviam na área de alagamento. Contudo, a migração de brasileiros ao Paraguai em busca de terras ou trabalho foi muito maior, em torno de 300 mil pessoas somente no início dos anos 1980, entre eles camponeses que perderam suas terras na construção da usina e camponeses sem terra que foram em busca de trabalho ou possibilidade de adquirir a própria terra, com a abertura dada pelo governo paraguaio (FERRARI, 2009).

migrações ao país vizinho coincidiram com o desenvolvimento agroindustrial e as mudanças no padrão produtivo do estado do Paraná, ao mesmo tempo em que os agricultores foram também forçados a deixar suas terras devido à construção da Itaipu e a pequena indenização, que forçou milhares de brasileiros a buscar nas terras paraguaias o patrimônio aqui perdido, o que afetou não apenas a forma de vida, mas a cultura dos brasileiros e as gerações futuras.

Do ponto de vista das relações internacionais, a hidrelétrica de Itaipu e a colonização agrícola ocorrem como efeito da aproximação dos dois países engajados na ocupação e integração de espaços periféricos de seu respectivo país: movimento convergente orientado em direção ao oeste do lado brasileiro e em direção ao leste do lado paraguaio. No Paraguai, o objetivo é captar recursos e gerar rendas fundiárias e energéticas que possam ser redistribuídas para as clientelas do poder aliciador do general Stroessner. Do lado brasileiro, a hidrelétrica deve sustentar o crescimento urbano e industrial da região Sudeste, concentrado em São Paulo, e alimentar com "novas" terras a modernização agrícola. Nos dois países, o crescimento da população, que ocorre no contexto da transição demográfica, vai alimentar um forte crescimento urbano, que explica em boa parte o crescimento da Cidade do Leste. (SOUCHAUD, 2011, p. 1).

Destaca-se ainda a construção da Ponte da Amizade, em 1965, considerada por Oliveira (2011) como um dos acordos de cooperação que firmaram a parceria entre os governos ditadores brasileiro e paraguaio, já que a inauguração da mesma foi feita ao final do mandato de Juscelino Kubitschek, mesmo antes de terem sido concluídas as obras. A ligação entre Brasil e Paraguai, através da Ponte da Amizade, foi importante fator para consolidar as relações bilaterais entre os dois países, proporcionando maior acesso a ambos os territórios.

Ainda a respeito do fluxo migratório brasileiro ao Paraguai, Fiorentim (2010) aponta o intenso processo de minifundização iniciado no Rio Grande do Sul, decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar, e da ampliação da atividade pecuária em grandes propriedades gaúchas, que gerou um excedente populacional que não tinha mais acesso à agricultura e que teve que partir em busca de novas oportunidades. Assim, aliaram-se os fenômenos de desenvolvimento com as dificuldades trazidas pela modernização agrícola do Brasil, na década de 1970 e 1980, que elevou o preço da terra e acarretou a saída dos agricultores para regiões de fronteira ou para o exterior.

Os desapropriados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu representam uma parcela considerável dos que hoje ocupam a zona de imigração brasileira no

Paraguai; no entanto, não são os únicos. Nesse movimento migratório também estão incluídos agricultores que foram afetados pela modernização agrícola brasileiras, especialmente a ocorrida no oeste do Paraná. (FIORENTIM, 2010, p. 19).

Esse contexto de cooperação entre os dois países e da necessidade dos agricultores e trabalhadores rurais, de ir atrás de melhores situações e da própria sobrevivência, possibilitou a expansão do processo migratório do Brasil para o Paraguai de forma bilateral, mas mais intensamente dos brasileiros, na década de 1960 a 1980.

1.2 A POLÍTICA AGRÁRIA DE STROESSNER E A IMIGRAÇÃO BRASILEIRA NAS DÉCADAS DE 1960 A 1980

Conforme destaca Ferrari (2009), até o final da década de 1950 e início da década de 1960, a imigração brasileira para o Paraguai era ínfima. Em 1961, o governo paraguaio criou o programa “Marcha Del Este”, com o objetivo oficial de ocupar a fronteira leste com camponeses paraguaios. A intenção do programa do governo Stroessner, no entanto, era de colonizar a fronteira com agricultores do Sul do Brasil, descendentes de europeus⁶. O programa previa a venda de terras a preços baixos a colonos migrantes do Brasil, mas ao mesmo tempo, incentivava o latifúndio, já que muitas das terras do Paraguai já haviam sido adquiridas por grandes proprietários brasileiros, através do Instituto de Bienestar Rural (IBR), órgão do governo paraguaio que promoveu uma política de concentração de terras para exploração. O discurso paraguaio oferecia uma propaganda chamativa para pequenos e grandes proprietários e, em virtude dos fatos que vinham ocorrendo no Brasil, o Paraguai se tornou uma opção viável tanto para os que viam na política agrária paraguaia um meio de aumentar seu capital como para os que tinham, de qualquer forma, procurar outros locais de sobrevivência⁷.

⁶ A implantação da política agrária Marcha al Este tinha o objetivo de promover a ocupação da região da fronteira para nacionalizar o vazio demográfico e consolidar o regime militar no país. A divisão do território em latifúndios produtivos, feito então por empresas colonizadoras e por grandes agricultores tinha a intenção de desenvolver a nação. Contudo, a maior parte das terras não foi parar nas mãos dos paraguaios e sim nas mãos dos brasileiros, com o aval do então Instituto de Bienestar Rural (IBR), que transformou essas terras em projetos de colonização privada, dando início ao processo migratório de brasileiros, principalmente, do Sul do Brasil (OLIVEIRA, 2011).

⁷ A propaganda de oferta de terras no Paraguai foi feita mais especificamente na Região Sul do Brasil, para chamar colonizadores de origem europeia. Dizia que, com a venda de 25 hectares de terra no Brasil se poderia comprar até 205 hectares no Paraguai. Esse discurso trouxe grandes empresários à

Para o Estado brasileiro, a migração para o país vizinho apresentava-se como positiva na medida em que era uma maneira de diminuir os conflitos internos existentes no meio rural. Ademais, grandes emigrações para o Paraguai também seriam importantes para a geopolítica brasileira tendo em vista que este período foi marcado pela busca de uma maior cooperação entre ambos os países. Além disso, este grupo de migrantes representava uma importante resposta aos interesses brasileiros na ocupação das fronteiras. (COSTA, 2009, p. 1)

Conforme Bárbara (2005), desde o início do governo Stroessner, em 1954, muitos brasileiros já haviam migrado para o Paraguai, provenientes, principalmente, das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Os primeiros imigrantes, chamados de negros, mulatos e cafuzos (mestiços de índio com negro), vinham em busca de trabalho, com a esperança de ganhar o suficiente para comprar suas próprias terras e melhorar financeiramente. Desprovidos de posses, trabalhavam como empregados dos paraguaios, que necessitavam de mão de obra que se submetesse às ordens dos colonizadores, já que os nativos paraguaios não eram propensos a trabalhar a terra como assalariados.

Esta autora apresenta um resumo da dinâmica da migração brasileira ao Paraguai nas décadas de 1960 a 1980:

Os fluxos migratórios durante a década de 60 eram compostos por pessoas oriundas do Norte e Nordeste do Brasil. Eram posseiros que já tinham passagens pelos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná [...]. A segunda marcha da imigração brasileira ocorreu ao longo da década de 1970. Ingressaram no Paraguai maciços fluxos de camponeses oriundos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul [...]. A terceira dinâmica intensifica-se a partir de meados da década de 1980. O sentido do fluxo migratório é invertido. Ocorre o retorno de milhares de famílias brasileiras. Com a expansão da fronteira agrícola da soja para o Paraguai oriental assistiu-se ao deslocamento de muitas tensões sociais brasileiras para essa área. Esses episódios são agravados pelo fim do contrato de arrendamento e pela grilagem, em função de títulos de terras falsos vendidos pelo Instituto de Bem-Estar Rural (IBR), uma espécie de INCRA paraguaio aos brasileiros. (BÁRBARA, 2005, p. 336-337).

De acordo com Gonçalves (2011), os imigrantes pioneiros exerciam funções mais grosseiras, promovendo desmatamentos, deixando grandes áreas de terra com

região da fronteira e, para incentivar ainda mais a migração brasileira, Stroessner aboliu a lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa de 150 quilômetros de suas fronteiras. A oportunidade de trabalho e a possibilidade de adquirir sua própria terra trouxe trabalhadores rurais de diferentes lugares e diferentes situações, como os pequenos agricultores, camponeses sem terra, posseiros, meeiros, agregados, rendeiros, e outros (FERRARI, 2009).

apenas pequenos tocos de árvores, e o governo Stroessner viu que isso agregou grande valor às mesmas, possibilitando o cultivo mecanizado, que era, desde o início, o propósito da política agrária. Como os imigrantes nordestinos não sabiam trabalhar com a agricultura mecanizada, o governo mudou a política agrária para trazer agricultores que trabalhassem de forma que atendesse aos seus projetos desenvolvimentistas. Nesse sentido, os sulistas se destacavam frente aos imigrantes nordestinos pela superioridade numérica e modelo cultural de produção e comercialização.

Após sua instalação no Paraguai, o governo paraguaio fez muitas concessões e “vista grossa” aos imigrantes ilegais que também adentraram, o fluxo migratório desenvolveu a agricultura, sendo que, no auge da produção paraguaia, nas décadas de 1970 e 1980, o território já estava preparado para a produção e modernização da agricultura, e os latifundiários brasileiros, aliados a setores do governo paraguaio, passaram a monopolizar a cultura, sendo a produção de soja, o principal produto para exportação (OLIVEIRA, 2011).

Essas informações são confirmadas por Fiorentim (2010) que complementa que a intenção do governo paraguaio em trazer migrantes brasileiros teve, além do fator do desenvolvimento agrário das regiões da fronteira, promover a retirada do campesino paraguaio, considerado como inadequado para o cultivo das terras, priorizando o trabalho agrícola voltado à exportação e à inserção do país no mercado globalizado.

A ocupação do território paraguaio pelos agricultores brasileiros acompanhou a lógica das políticas estatais que visavam o povoamento daquelas áreas englobadas pela *Marcha al Este*. Além dos grandes empresários, o público alvo de uma campanha assentada no lema das terras férteis e com preços baixos, foram os trabalhadores agrícolas que possuíam, no Brasil, áreas inferiores às necessárias para a produção, ou os que se encontravam sem terra para cultivar. (FIORENTIM, 2010, p. 33).

Embora várias regiões do Paraguai estivessem abertas ao fluxo migratório, o Alto Paraná foi à região escolhida por Stroessner para receber os imigrantes brasileiros sulistas na nova proposta de política agrária⁸⁸. Tanto Gonçalves quanto

⁸⁸ Para viabilizar e incentivar a imigração de camponeses brasileiros, o governo paraguaio substituiu em 1963 o Instituto de Reforma Agrária (IRA) pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR). Nesse mesmo ano, é promulgado o novo Estatuto Agrário. Entre os anos de 1962 e 1965, é construída a Ponte Internacional da Amizade, inaugurada em 27 de março de 1965. Destaque para o ano de 1967, quando houve a revogação da lei que não permitia a venda de terra para estrangeiros na região de fronteira.

Ferrari e Fiorentim apontam a região do Departamento de Alto Paraná no Paraguai como o destino de milhares de camponeses, principalmente de origem alemã, italiana e eslava. Gonçalves (2011) afirma que Stroessner escolheu o Alto Paraná a fim de desenvolver a agricultura pelo fato de essa região ser mais próxima do porto de Paranaguá, e em virtude de poder comercializar a madeira extraída nos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul). A colonização do Alto Paraná⁹ foi planejada em etapas, sendo a primeira a distribuição de terras. Para atender à Marcha para o Leste, em especial na década de 1960, os colonizadores distribuíram as terras entre os militares e líderes do Partido Colorado, que expulsaram os camponeses paraguaios e prepararam a chegada dos brasileiros para desenvolver a agricultura paraguaia.

A migração com objetivos agrários dos sulistas brasileiros ocorreu com maior força na década de 1970 e início da década de 1980. Fiorentim (2010) destaca que a mobilidade dos brasileiros decorreu da expansão do agronegócio na região oeste paranaense, que provocou mudanças significativas nas relações de trabalho no campo, o que impeliu ao processo de imigração e consequente ocupação de diferentes territórios paraguaios, próximos à fronteira com o Brasil.

De acordo com Ferrari (2009), a atividade agrícola mais que duplicou na década de 1970, estando essa expansão horizontal da atividade agrícola¹⁰ combinada com medidas de intensificação da monocultura, em especial da soja. A região do Alto Paraná se destacou atingindo seu auge em meados da década de 1980. Nesse período, ainda existiam grande número de propriedades camponesas, rendeiros, meeiros, terceiros, brasileiros e camponeses paraguaios, embora estes em pequena quantidade.

Em 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu para o aproveitamento hidroelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná. Muitos dos trabalhadores brasileiros que construíram a Usina irão se deslocar para o Paraguai. Além disso, para atrair os imigrantes, foram concedidos estímulos como o financiamento da produção pelo Banco Nacional do Fomento (BNF) e manutenção de impostos baixos. Com isso, quem podia comprar terras no Paraguai conseguia financiamento com facilidade, e o imposto baixo proporcionava condições para se produzir por um custo menor. Ademais, os baixos preços das terras atraíram muitos agricultores brasileiros para dentro do Paraguai. (PRIORI; KLAUCK, 2010).

⁹ As outras regiões destacadas pelos autores estão contidas ou relacionadas ao Departamento Alto Paraná. Ferrari (2009) apresenta o Alto Paraná, Itakyry, Mbaracayé, Hernandarias, MInga Porã, San Alberto; Fiorentim (2010) destaca Canindeyu e Alto Paraná e Gonçalves (2011) destaca a Colônia Nueva Esperanza, em Concépcion.

¹⁰ A expansão horizontal ocorre quando a colonização é feita em áreas vazias, enquanto a expansão vertical é realizada intensificando a produção sobre a terra já cultivada. Ferrari (2009) acredita que a expansão horizontal é mais vantajosa que a expansão vertical.

Segundo Ferrari (2009), a imigração aumentou gradativamente até a metade da década de 1980, sendo que a presença brasileira na região de fronteira do Paraguai chegou a aproximadamente 15% de toda a população autóctone (nativa). Fiorentim (2010) apresenta um estudo onde afirma que, nesse período, a população brasileira no Paraguai era composta por: paranaenses (63%), catarinenses (18%), gaúchos (12%), mineiros e nordestinos (7%). Ao final da década de 1980 o fluxo de imigração diminuiu, sendo também registrados muitos retornos ao Brasil.

A partir da década de 1980, mais especificamente em 1986, a expansão de grandes propriedades monocultoras do agronegócio trouxe mudanças nas políticas públicas agrárias e na vida dos migrantes, fazendo com que muitos voltassem ao Brasil ou passassem a viver de forma precária no país. Contribuiu para isso o término de Itaipu e a recessão que Brasil e Argentina enfrentaram no período¹¹.

A monocultura, principalmente soja, passou a controlar grandes extensões de terra, avançando sobre os recursos naturais e impondo a produção para exportação, o que, além de não trazer o desenvolvimento pretendido por Stroessner para a região e para o país, acabou concentrando a riqueza nas mãos de poucos, gerando mais pobreza e desigualdade social. A esse respeito, Ferrari (2009, p. 152), comenta:

As consequências da expansão do agronegócio são visíveis, imensos territórios esvaziados de suas populações rurais, uma agricultura sem camponeses e totalmente dependente de pacotes tecnológicos com grande dependência de insumos, sementes, herbicidas e tudo mais que a agricultura “moderna” necessita. O êxito do agronegócio se traduz imediatamente na pauperização da classe camponesa, indigência e fome para as populações do campo, além do aumento exponencial do desmatamento e perda de biodiversidade.

A expansão do modelo produtivo do agronegócio expressa a ação do capitalismo desmedido nas áreas rurais, provocando mudanças econômicas, políticas, culturais e socioambientais. Essa expansão das relações capitalistas no

¹¹ Como no Brasil, a legitimidade do regime paraguaio estava calcada no controle da inflação estabelecido nos primeiros tempos e no crescimento sustentado, que muito deveu aos investimentos do regime militar brasileiro. Contudo o fim da construção de Itaipu, e a recessão que Brasil e Argentina viveram, no início dos anos 1980, encerraram o ciclo de relativa prosperidade. Tais fatores levaram ao crescimento da oposição e ao descontentamento no interior dos dois pilares do regime: as forças armadas e o Partido Colorado. No campo, o início dos anos 1980 assiste ao nascimento de organizações como o *Movimiento Campesino Paraguayo* (MCP) a *Cordinación Nacional de Productores Agrícolas* (Conapa), que nos anos noventa tornou-se *Federación Nacional Campesina*. Estas entidades reivindicavam a reforma agrária, a luta por preços melhores para os produtos dos camponeses e questionavam a presença brasileira. Além de suas reivindicações específicas juntavam suas vozes às dos opositores de todos os matizes, (trabalhadores urbanos, militantes dos partidos opositores, setores católicos) reclamando entre outras coisas contra as desapareições forçadas. (RIBEIRO, 2009).

Paraguai gerou a exclusão social e econômica de toda a classe camponesa, tanto dos campesinos paraguaios quanto dos então chamados brasiguaios e brasileiros residentes no país (FERRARI, 2009).

Contudo, não foram somente consequências sociais que a expansão do agronegócio trouxe ao Paraguai na década de 1980 e a partir desta. Fiorentim (2010) destaca que, em seu estudo, percebeu que a presença de milhares de agricultores no Paraguai está longe de ser um fato isolado, mas resulta de um processo inserido num contexto mais amplo. Assim sendo, o impacto da presença brasileira no território paraguaio foi perceptível na vida social, cultural, econômica e política do país.

CAPÍTULO II

2 IMPACTOS DA MIGRAÇÃO NA VIDA DOS IMIGRANTES BRASILEIROS PELA EXPANSÃO DA POLÍTICA AGRÁRIA DE STROESSNER

Considerando a História entre o Brasil e o Paraguai, as divergências entre brasileiros e paraguaios vão além da questão política, envolvendo também questões culturais, sociais e econômicas importantes e relevantes ao estudo sociológico. A política de abertura dos governos Stroessner e JK tiveram como objetivo a cooperação mútua entre os dois países. De forma especial, Stroessner via na aproximação com o Brasil uma forma de promover o desenvolvimento de seu país, já que o acesso aos portos de Santos e Paranaguá, a abertura de estradas, a construção de Itaipu e outras medidas de cooperação do governo brasileiro facilitavam a expansão político-econômica do Paraguai. A liberação das terras próximas à fronteira para os brasileiros foi uma das medidas que o governo Stroessner tomou com o propósito do desenvolvimento do país e da manutenção das relações políticas com o Brasil. Mas isso não se deu sem que houvesse conflitos sociais que resultaram em prejuízos a ambos os lados.

Ao traçar o comparativo entre os autores analisados, percebe-se que estes apresentam na trajetória da imigração um ponto comum: a percepção do processo histórico pelo ponto de vista sócio-cultural, e não apenas político e econômico. A dinâmica do processo migratório nas décadas de 1960 a 1980 é analisada quanto às suas causas e desdobramentos, mas também quanto à questão identitária dos imigrantes formada a partir da migração.

De acordo com Ferrari (2009), o agronegócio¹² não é favorável ao camponês, especialmente em países com grandes desigualdades sociais. A expansão capitalista exclui a maioria dos seus benefícios, deixando o trabalhador, o pequeno agricultor,

¹² O agronegócio é considerado por Teubal (2008) como um modelo orientado rumo a uma especialização. O modelo agronegócio é uma alteração rumo a um sistema de pura exclusão em relação à agricultura familiar e campesina. De exclusão e de maior desigualdade que no período anterior, no que se refere à mão de obra, posto que o trabalho é substituído por novas formas de organização laboral. No agronegócio, o trabalho torna-se escasso e mal remunerado. As consequências desse modelo são percebidas na crescente exclusão social dos camponeses, comunidades indígenas e parte dos produtores familiares médios e pequenos.

sem opções de sobrevivência, e a mecanização e tecnologia das monoculturas impedem o acesso de todos ao trabalho, seleciona os trabalhadores, levando a grande maioria a buscar alternativas nas cidades e promovendo a pauperização e o desemprego.

A complexidade dessas relações capitalistas e as necessidades sociais advindas dos modelos de produção, isto é, de acumulação, ao longo das décadas, levam-nos a pressupor que, num país onde a elite fundiária tem a proteção velada das autoridades constituídas, raras são as possibilidades de se reverter a lógica do sistema. (FERRARI, 2009, p. 158).

A complexidade do processo migratório dos brasileiros ao Paraguai não se atém à ida, simplesmente, dos agricultores brasileiros a um território novo. Esse território era ocupado e os camponeses paraguaios foram, ou expulsos ou tratados de forma explicitamente desigual em relação aos imigrantes brasileiros¹³. Esse fator motivou disputas pelas terras e conflitos com os brasileiros, tanto com os brasiguaios¹⁴ quanto com os que apenas residem no país.

De acordo com Souchaud (2011), o governo Stroessner sempre teve uma atitude ambígua quanto à imigração. O presidente Stroessner abriu o território oriental a colonos brasileiros, mudando até mesmo a lei de fronteira para legalizar a compra e uso da terra por estrangeiros. Contudo, a discriminação quanto aos brasileiros, de qualquer condição social, pelas instituições e representantes do Estado, não é menor que a exclusão e marginalização dos pequenos agricultores paraguaios e das populações indígenas pelo mesmo Estado paraguaio. Aliando a questão social e cultural que a imigração criou, é comum a existência de conflitos sociais em determinados setores da sociedade em virtude da abertura da fronteira agrícola. Esses conflitos, que já existiam anteriormente, tornaram-se mais agudos a partir da

¹³ Embora continuasse anunciando a “reforma agrária” o estronato intensificou no início dos anos setenta a concessão de terras a proprietários brasileiros. Muitas vezes, o pequeno cultivador paraguaio desmatava a terra e cultivava e era “visitado” por policiais, jagunços e prepostos de proprietários. O apoio de setores da Igreja à luta camponesa serviu de pretexto para a repressão mais vigorosa desencadeada em 1976, com o fechamento da federação de ligas agrárias e a perseguição a muitos de seus dirigentes, havendo torturas e assassinatos. Num contexto de guerra fria era muito fácil aos líderes militares ou aos proprietários rurais rotular de “comunistas” aos líderes camponeses ou os padres que os apoiavam, assim como hoje são chamados de “terroristas” as lideranças que apóiam as ocupações de terras ou de estradas em protesto por melhores condições de vida (RIBEIRO, 2009).

¹⁴ O termo brasiguai possui diferentes entendimentos. Foi utilizado, primeiramente, para definir uma categoria de imigrantes camponeses que retornaram ao Brasil em meados da década de 1980. Da década de 1990 para cá o termo tem sido usado para designar brasileiros e descendentes radicados no Paraguai (FIORENTIM, 2010).

redemocratização do Paraguai, ocorrida em 1989 resultando na expulsão ou ameaça de expulsão de brasileiros ilegais ou ocupação de terras ou espoliação de bens de brasileiros, com base na reivindicação de direito à terra e reforma agrária por setores sociais antes censurados (como os camponeses, por exemplo).

Nesse contexto, cabe analisar as consequências da imigração e a formação de uma identidade própria dos imigrantes brasileiros, em especial da segunda geração, os descendentes dos brasileiros que, pela lei, são paraguaios, mas comumente chamados de brasiguaios, dando a entender que são, ao mesmo tempo, brasileiros e paraguaios¹⁵, ou seja, pertencem parcialmente a cada um dos países, de acordo com Souchaud (2011).

2.1 CONSEQUÊNCIAS CULTURAIS E SOCIAIS DA IMIGRAÇÃO BRASILEIRA AO PARAGUAI

Conforme Priori e Klauck (2010), as imigrações que ocorreram rumo ao Paraguai são explicadas pelo contexto brasileiro, cujos fatores provocaram a falta de condições de vida e de trabalho nas fronteiras agrícolas, levando os brasileiros a se sentirem atraídos pela esperança de melhores condições no país vizinho. Assim, não é somente a política de atração de Stroessner que explica a expressiva presença de brasileiros em território paraguaio, embora seja considerada a causa principal por facilitar a canalização da corrente migratória ao território paraguaio.

A entrada do grande capital no campo e o incentivo do Regime Civil-Militar à agroindústria, em detrimento do modo de produção familiar, geraram uma grande disponibilidade de mão-de-obra no campo paranaense. Terminado o “sonho do eldorado paranaense”, essa massa de trabalhadores se deslocou para as novas fronteiras agrícolas localizadas na região Amazônica e no Paraguai, ou fixaram-se precariamente nas cidades. Para muitos desses trabalhadores, a migração para o Paraguai era uma resposta às condições precárias de trabalhadores assalariados no campo ou nos trabalhos braçais nas cidades. Neste sentido, depositavam naquele país suas esperanças em superar as duras experiências sociais em que viviam no Brasil. Entretanto, muitos viram suas perspectivas serem frustradas naquele país. (PRIORI; KLAUCK, 2010, p. 98).

¹⁵ O uso da expressão “brasiguaios” pelos acampados em Mundo Novo mostra que o termo tomou forma de identidade, dotada de um discurso político que reafirmava constantemente a nacionalidade brasileira, exigindo, desse modo, o reconhecimento do governo e da sociedade sua condição de cidadãos brasileiros, reivindicando, destarte, os direitos de tal cidadania (PRIORI; KLAUCK, 2011, p. 100).

A complexidade social e cultural que envolve a questão migratória dos brasileiros na década de 1960 a 1980 foi analisada por Fiorentim (2010) mediante um estudo de campo que possibilitou avaliar, pelo menos em parte, a situação do agricultor imigrante no Paraguai. Mediante esse estudo, Fiorentim verificou que as experiências dos brasileiros no Paraguai divergem pouco; as famílias têm em comum a imigração sob o contexto já apresentado no primeiro capítulo, no processo de mudança da política agrária brasileira e inundação das terras pela Hidrelétrica de Itaipu, e sob a política paraguaia; a migração das terras do Sul do Brasil, em especial o Paraná, a compra de terra facilitada pelo governo ou pelas empresas colonizadoras, a conquista de um espaço próprio para a família, o trabalho na agricultura, a geração de filhos no Paraguai, os conflitos entre camponeses e campesinos, entre outros aspectos. Conforme destaca esta autora:

O estudo das comunidades instaladas na Curva da Lata e na Gleba 11 apresenta-se como um espaço privilegiado para a análise das interações, adaptações, hibridismo, exclusões, preconceitos e ideologias, na medida em que o relacionamento entre brasileiros e paraguaios permite a reflexão e a construção de uma imagem sobre um novo espaço de integração em terras paraguaias. (FIORENTIM, 2010, p. 7).

A dinâmica social que envolveu os imigrantes brasileiros no Paraguai está associada diretamente às transformações que ocorreram na agricultura, na sociedade e na cultura da região. Os benefícios propostos por Stroessner para atrair os imigrantes sulistas para trabalhar com a agricultura mecanizada, tornou o Paraguai, na época, um berço de oportunidades. Assim, dezenas de famílias atravessavam a aduana paraguaia em Foz do Iguaçu levando máquinas, animais e ferramentas, capital e implementos agrícolas, aproveitando a promessa de conseguir terra para produzir e um patrimônio para deixar aos filhos, já que no Brasil as perspectivas de crescimento se tornaram difíceis (GONÇALVES, 2011).

Porém, conforme destaca o estudo de Ferrari (2009), não foi apenas entrar na terra e produzir. Os imigrantes tiveram que enfrentar conflitos entre campesinos paraguaios e brasiguaios, preconceitos entre brasiguaios e brasileiros no Paraguai, entre migrantes camponeses pobres e os grandes e médios produtores. Além do conflito histórico existente entre imigrantes brasileiros e paraguaios, devido à Guerra do Paraguai. Com a abertura político-econômica do governo Stroessner, o campesino

paraguaio foi expulso de sua terra para dar lugar aos imigrantes brasileiros. Dessa maneira, os camponeses conviveram com as mesmas dificuldades encontradas pelos camponeses no Brasil. Os camponeses e os trabalhadores rurais sem terra, que dependiam desta para sua sobrevivência, foram sendo empurrados para o centro do país, ou para as periferias da capital, *Assunción*, e outras cidades, como *Ciudad del Este* e Foz do Iguaçu, no Brasil, principalmente a partir da década de 1970.

Salienta Fiorentim (2010), que a pauperização do agricultor paraguaio, somado à imigração brasileira, fez com que o valor da terra no Paraguai aumentasse, o que resultou em forte instrumento de expulsão do pequeno agricultor paraguaio, e dos indígenas, que ficaram marginalizados na sociedade. Com isso, o agricultor brasileiro passou a ser hostilizado, sendo visto como um invasor, especialmente devido aos benefícios da política agrária aos imigrantes em detrimento dos próprios cidadãos paraguaios.

Além dos moradores nativos, outros imigrantes haviam chegado primeiro ao Paraguai para realizar atividades de extração de madeira, plantação de menta e prática de agricultura de subsistência. Chegaram sem posses, e haviam comprado o direito de posse, mas sem a escritura, tiveram que vender seu direito, após terem desbravado as matas e preparado a terra. Por não terem capital para se adequar à mecanização agrícola, cederam seu lugar aos novos imigrantes, no contexto da política agrária do governo paraguaio. Nem mesmo os paraguaios tinham acesso a financiamentos, o que não ocorreu com os brasileiros, que, com poucas posses, obtinham auxílio dos bancos estatais paraguaios em decorrência da política agrária e migratória. “Ressalte-se que os agricultores paraguaios ficaram à margem destas iniciativas, sendo inseridos em projetos de agricultura familiar, limitados ao cultivo do milho, feijões e da mandioca para subsistência e do fumo e algodão para venda” (FIORENTIM, 2010, p. 43).

A desigualdade na distribuição de renda e no acesso a terra e ao trabalho, no Paraguai, foi aumentada pela chegada dos imigrantes brasileiros na década de 1960 e piorou das décadas de 1970 e 1980. A política de Stroessner mostrou-se muito mais favorável aos imigrantes latifundiários que aos paraguaios. Oliveira (2011) ressalta como contribuições do governo paraguaio, em forma de políticas para a aprovação da posse da terra para os brasileiros, a alteração da lei constitucional, em 1963, que excluiu a proibição de aquisição da terra na região da fronteira, permitindo a posse

legal pelos imigrantes, e a proibição das Ligas Agrárias, no período de 1971 a 1975, de atuarem na região do Alto Paraná, onde os brasileiros desenvolviam os latifúndios. Essas ligas organizavam os segmentos camponeses paraguaios para a reforma agrária, mas Stroessner, além de proibir sua atuação, tomou a posse das terras dos pequenos agricultores paraguaios que produziam em regime de agricultura familiar na região, em detrimento aos grandes latifúndios brasileiros, expulsando-os ou tornando-os trabalhadores das grandes fazendas brasileiras.

A situação social, econômica, política e cultural vivenciada por paraguaios e brasileiros gerou contradições que devem ser analisadas à luz da política de Stroessner, já que foi a partir dela que as condições se agravaram para ambos os lados. Sobre isso, Ferrari (2009, p. 18), afirma que essas condições se apresentam como “contradições inerentes ao desenvolvimento econômico, e não como herança de tempos passados na formação social paraguaia”.

Ou seja, não havia um histórico no país de conflitos em relação à agricultura empresarial, já que vigorava o modelo de agricultura de subsistência. Foi com a política Stroessner que ocorreu uma profunda alteração no sistema agrário, com a inserção de novas formas de produção que deixaram pouco espaço para agricultura de subsistência. Analisando essa situação e a ascensão do agronegócio no Paraguai, comenta Ferrari (2009, p. 158), que

A complexidade dessas relações capitalistas e as necessidades sociais advindas dos modelos de produção, isto é, de acumulação, ao longo das décadas, levam-nos a pressupor que, num país onde a elite fundiária tem a proteção velada das autoridades constituídas, raras são as possibilidades de se reverter a lógica do sistema.

Nessa perspectiva, percebe-se que não foram somente os conflitos internos ou a chegada de novos imigrantes que provocaram as mudanças sociais e culturais no mundo agrário. Os brasileiros, de maneira especial, foram afetados pela expulsão/exclusão¹⁶ rural gerada pelas contradições típicas do sistema capitalista que acentuou as desigualdades sociais, forçando-os a vender ou abandonar suas

¹⁶ Vale lembrar que as principais dificuldades enfrentadas em território paraguaio foram com relação à falta da carteira de imigrante e com a titulação das propriedades, a exploração na hora da comercialização e à falta de infra-estruturas básicas de sobrevivência. Ademais, embora o preço das terras no Paraguai fosse bem inferior aos praticados no Brasil, nem todos os brasileiros no Paraguai conseguiram se tornar proprietários de um pedaço de terra. A maioria somente conseguiu acesso a terra por meio de arrendamentos, que acabavam quando as terras já estavam limpas (PRIORI; KLAUCK, 2010, p. 98).

propriedades. E essa situação não se deve somente aos camponeses, mas ao próprio desenvolvimento agrário, que tomou proporções latifundiárias, e ao capital fundiário, que força os pequenos proprietários a desocupar suas terras. Em suma, os problemas vivenciados pelos agricultores no Paraguai, desde meados da década de 1980, e que se acentuaram a partir de então, são resultado da política do General Alfredo Stroessner a partir da década de 1960, quando promoveu o desenvolvimento da zona de fronteira e possibilitou a compra e o uso das terras para a agricultura empresarial.

2.2 A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOS IMIGRANTES BRASILEIROS

Embora não seja a intenção deste estudo aprofundar a questão da formação identitária dos imigrantes brasileiros no Paraguai, torna-se relevante traçar alguns comentários sobre a complexidade que envolve a imigração, também, no aspecto cultural, social e pessoal, em vista das transformações que os imigrantes sofreram ao aderirem a um processo migratório que envolve a permanência contínua e em longo prazo em um território estrangeiro.

Nesse sentido, é necessário ter em mente que os imigrantes agricultores brasileiros que se instalaram no Paraguai, vieram de lugares e culturas distintos, compondo um movimento de desterritorialização, trazendo consigo subjetividades relevantes que precisam ser consideradas em uma análise identitária mais aprofundada (FIORENTIM, 2010).

Priori e Klauck (2010) apresentam um breve relato do regresso dos brasiguaios ao Brasil, a partir de meados da década de 1980, como consequência da política agrária de Stroessner. E, conquanto o termo “brasiguai” tenha se estabelecido desde essa época aos brasileiros residentes no Paraguai que regressaram ao Brasil, a identidade desses indivíduos foi se formando no decorrer do tempo em que passaram a residir no Paraguai, anos antes, mais precisamente na década de 1960.

Desde o início da migração, que ocorreu com a ascensão de Stroessner, “os chamados brasiguaios sempre estiveram sujeitos a sofrer algum tipo de exploração ou violência principalmente por parte das autoridades paraguaias locais” (PRIORI; KLAUCK, 2010, p. 96).

Nogueira (2012), comenta que tanto os paraguaios camponeses quanto os brasiguaios sofriam com a corrupção das autoridades paraguaias. Os brasileiros que

queriam morar e trabalhar no Paraguai devia tirar um documento¹⁷, o *permisso*, que legalizava a situação de permissão da moradia no país, mas que não era facilmente emitido e custava muito caro, com período de validade curto. Os filhos dos brasileiros não tinham acesso à escola e tinham dificuldade em acompanhar o conteúdo na língua estrangeira. O serviço militar era obrigatório para jovens acima dos quatorze anos, sendo comum a polícia paraguaia realizar o recrutamento forçado tanto de paraguaios quanto de brasiguaios. Estes últimos, quando podiam, enviavam seus filhos ao Brasil para não sofrerem humilhações e maus tratos. As reivindicações eram coibidas e muitos sofriam ameaças. Desse modo, os brasiguaios sofriam muito no território paraguaio, tanto na questão da linguagem (castelhano e guarani) e cultura quanto na questão social, econômica e política.

Percebe-se, assim, que as dificuldades não se limitaram às questões ligadas ao trabalho, mas também às dificuldades relacionadas à subjetividade. Os estudos de Fiorentim (2010) fornecem uma visão das dificuldades culturais, sociais e pessoais que os imigrantes brasileiros viveram, submetidos às condições precárias, à discriminação, às dificuldades inerentes ao processo de adaptação em um território estrangeiro. Assim, além de viver em uma pátria que não era a sua, eles tiveram que se submeter à humilhação e discriminação, em busca de uma vida melhor. Para minimizar a situação de insegurança, muitos brasiguaios tentaram obter a dupla cidadania, contudo, poucos conseguiram. A adaptação à cultura dos paraguaios foi uma forma de minimizar os problemas e melhorar a situação.

A construção de uma identidade territorial é abordada pelos autores, mais especificamente por Gonçalves (2011), para o qual os imigrantes, ao se instalarem no Paraguai, tiveram que aprender a conviver com língua, cultura e pessoas diferentes, adaptando seu estilo de vida e cultura a um país diferente, conciliando seu sentimento nacionalista aos desafios de uma cultura estrangeira. Assim, os imigrantes brasileiros levaram a identidade de brasileiro, mas tiveram que construir uma nova identidade, como resultado da imigração.

¹⁷ Fiorentim (2010, p. 49-50), acentua que, entre as inúmeras dificuldades enfrentadas desde os primeiros tempos está a questão da documentação dos imigrantes, segundo estimativas levantadas, “em 1995, cerca de 80% dos imigrantes brasileiros estavam ainda em situação irregular no país, e mais de 50% não possuía a documentação de origem exigida para tramitar o pedido de carnê de imigrantes”. [...] o valor cobrado pelos documentos impossibilitava a muitos legalizar sua permanência no Paraguai. [...] O fato de viverem ilegalmente naquele país gerava nos imigrantes brasileiros muita insegurança e medo.

Fiorentim (2010) destaca que os brasileiros tiveram que aprender o idioma local e permitir que os filhos aprendessem o castelhano e o guarani, como uma forma de inserção na sociedade. Por meio do idioma, procurou evitar a discriminação, a visão de invasores que o povo paraguaio tinha dos brasileiros, além das diferenças culturais e sociais. A identidade dos imigrantes brasileiros, dessa forma, passou a ser reconhecida através da aprendizagem e da comunicação. Contudo, pelo hibridismo linguístico, os imigrantes vivenciaram a contradição da afirmação e da negação da dupla cidadania ou nacionalidade.

Nessa sociedade híbrida, além do aspecto linguístico, os migrantes foram se adaptando à música, à dança, à culinária, à religião, misturando-se, em muitas regiões, conforme a distância dos centros de ocupação paraguaia, sendo a interação menor quanto mais próximo das áreas de fronteira. E esse processo de hibridismo cultural foi simultâneo à permanência do imigrante, acentuando-se que quanto mais ocorriam as relações culturais, históricas e geográficas entre ambos, mais se percebiam o compartilhamento identitário. Dessa maneira, embora conflituosa, ocorreu à construção de uma identidade diferenciada, fruto de uma “transição entre os valores culturais de origem familiar e os valores paraguaios” (FIORENTIM, 2010, p. 100).

Conforme explica Gonçalves (2011, p. 12), as relações sociais e culturais podem contribuir para criar “novas” identidades a partir das relações estabelecidas dentro do território em que as pessoas estão inseridas, devido ao intercâmbio entre línguas, costumes e ideais diferentes. Para este autor,

A construção e a reconstrução de identidade é um processo cheio de contradições, ambiguidades e complexidades que podem ser influenciadas pelas condições sociais em que são estabelecidas. [...] A identidade territorial é um tipo de identidade que se expressa na relação de pertencimento de um grupo a partir da delimitação de uma escala territorial de referência identitária, dessa forma a mesma é carregada de subjetividade e objetividade tendo um espaço como estruturador da identidade. (GONÇALVES, 2011, p. 12).

No contexto da migração ao Paraguai na década de 1960 a 1980, a questão identitária está ligada às relações que ocorreram na escala territorial, a partir da qual os imigrantes brasileiros acabaram por gerar uma “nova” identidade territorial, a qual se mostra como uma forma de adaptação, “na medida em que as relações são construídas por novos discursos e novos sujeitos” (GONÇALVES, 2011, p. 13).

Costa (2009) afirma que o termo *brasiguai* foi dado aos agricultores brasileiros que migraram ao Paraguai em busca de terra e que, em decorrência das tensões no campo paraguaio, retornaram ao Brasil em 1985. Sem uma cidadania específica que os identificasse, nem paraguaia nem brasileira, foi a eles atribuída a identidade “*brasiguai*”, pressupondo um duplo movimento de cruzamento da fronteira e a esperança do acesso à terra, em ambos os países¹⁸.

Segundo Ferrari (2009), entre os próprios imigrantes brasileiros havia um conflito, devido ao preconceito pela identificação que faziam dos migrantes já residentes anteriormente no Brasil com os sulistas que chegaram posteriormente. Os agricultores brasileiros não aceitavam a identificação de *brasiguaio* por se sentirem diferentes dos demais¹⁹, por terem alcançado certa estabilidade econômica e terem a proteção das autoridades paraguaias.

Ademais, os estudos de Ferrari (2009) na região do Alto Paraná demonstram que, a expressão “*brasiguai*” é usada para identificar os brasileiros que trabalham no Paraguai, não necessariamente os que retornaram ao Brasil ou os trabalhadores rurais que foram expulsos pelo agronegócio, mas aqueles que continuam no Paraguai e voltam ao Brasil para passear ou encaminhar os estudos dos filhos. Nesse contexto, os “*brasileiros no Paraguai*”, ao contrário dos *brasiguaio*s, não adquirem os costumes, as comidas, não internalizam a cultura dos paraguaio>s, permanecendo no país para explorar a mão de obra paraguaia e *brasiguai*a, formada por camponeses que perderam suas terras e não conseguem voltar ao Brasil por falta de condições financeiras.

Para Albuquerque (2010), a identidade *brasiguai*a é uma identidade de fronteira híbrida, formada pela junção de identidades nacionais que adquire sentidos diversos ao longo do tempo, conforme os interesses que precisam ser ocultados ou tornados explícitos. Nessa perspectiva, o termo *brasiguai* pode se encaixar em diferentes contextos: para o brasileiro pobre que migrou para o Paraguai, não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, retornou ao Brasil; aos fazendeiros

¹⁸ Nogueira (2012) afirma que o número de brasileiros que migraram ao Paraguai desde 1960 é bem maior do que o número oficial, já que não se contaram os imigrantes ilegais e os que já residiam no país. Assim, além de imigrantes irregulares há também a questão da dupla cidadania dos filhos dos imigrantes.

¹⁹ Existe uma diferença clara entre “*brasiguaio*s” e “*brasileiros no Paraguai*”. Os primeiros “são os pobres, os oprimidos, os sem direitos trabalhistas e sociais, enfim, aqueles sem pátria e sem esperança”; os segundos, pelo contrário, “tem pátria, porque tem poder econômico, político e simbólico para escolher a pátria que melhor lhes convier” (FERRARI, 2009, p. 113).

brasileiros que moram no Paraguai; aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e tem nacionalidade paraguaia; aos imigrantes e seus descendentes que já misturaram a “cultura brasileira” com a cultura paraguaia; e, a todos os imigrantes brasileiros que vivem no Paraguai. Ou seja, “o brasiguaiio pode ser entendido como o filho do imigrante registrado como paraguaio [...], ou ao grande proprietário agrícola brasileiro com situação migratória regularizada naquele país” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 228).

A respeito da identidade dos migrantes pobres e sem terra que trabalham no Paraguai, Ferrari cita um estudo que descreve bem a situação destes. Em reunião no município de Mundo Novo, Mato Grosso do Sul, em 1985, um camponês remigrado comentou o seguinte: “então quer dizer que nós não temos os direitos dos paraguaios porque não somos paraguaios; não temos os direitos dos brasileiros porque abandonamos o país. Mas, me digam uma coisa: afinal de contas, o que nós somos?” (WAGNER, 1990, apud FERRARI, 2009, p. 112). Ao que obtive a resposta de que eram “brasiguaios, uma mistura de brasileiros com paraguaios, homens sem pátria” (*ibidem*).

Para Albuquerque (2010), a construção da identidade brasiguaiia reforça o fato de que essa população está ligada aos estratos sociais mais baixos de migrantes brasileiros que vivem no Paraguai. Os imigrantes que conseguiram ascender socialmente no Paraguai não aceitam essa identificação, assumindo um discurso progressista de modernização do país, que acaba por promover a expropriação dos demais imigrantes brasileiros sem posses que, a bem da verdade, nunca foram antes chamados de brasiguaios ou se autodenominaram assim no país vizinho.

Nessa perspectiva, a questão identitária dos brasiguaios, formada sob a política Stroessner, é complexa, já que, ao que parece, a denominação só serve a representar um grupo considerado problema, em ambos os lados das fronteiras. Nesse sentido, Ferrari (2009, p. 109) comenta que os brasiguaios são assim chamados no Brasil “quando retornam e se tornam responsabilidade do governo brasileiro, e são chamados de brasiguaios no Paraguai quando vivem e trabalham lá, sendo, portanto, responsabilidade das autoridades paraguaias”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As abordagens dos autores referentes ao período destacado nesta pesquisa, demonstra que o processo histórico que levou à imigração de brasileiros ao Paraguai envolve as políticas de desenvolvimento de ambos os países. A visão desenvolvimentista foi destacada pelos autores, contribuindo esta para a imigração de brasileiros para as áreas que não realizavam a agricultura no Paraguai, desde o início da década de 1960.

A ascensão de General Alfredo Stroessner à presidência do Paraguai, foi o ponto de partida para a abertura das terras paraguaias aos imigrantes brasileiros, tendo este a intenção de tornar as terras fronteiriças em áreas cultiváveis mediante o processo mecânico. Como os paraguaios não tinham um histórico de mecanização do campo, e os primeiros migrantes brasileiros também não faziam uso de técnicas mais modernas de agricultura, a imigração dos paranaenses, catarinenses e gaúchos foi incentivada pela política migratória de Stroessner, com o aval do governo brasileiro.

Dessa maneira, entre a década de 1960 e a década de 1980, a agricultura do Paraguai tornou-se um importante meio para o desenvolvimento sonhado por Stroessner, com a introdução da monocultura em detrimento da agricultura familiar praticada pelos paraguaios e pequenos agricultores brasileiros. Com isso, o agronegócio se expandiu, gerando conflitos tanto entre os paraguaios quanto entre os brasileiros que não tinham recursos para manter a posse de suas terras, perdendo-as para o governo ou para os latifundiários.

Esse contexto é apresentado pelos autores, que enfatizam, ainda, a questão identitária dos migrantes. Os conflitos entre paraguaios e brasileiros, e entre os próprios brasileiros, não se ativeram à posse das terras, mas à cultura e a convivência social. Muitos dos imigrantes buscaram se adaptar à cultura, à comida e à língua principalmente, aderindo aos costumes paraguaios como forma de diminuir os conflitos e sobreviver pacificamente. Com isso, foram aos poucos conquistando uma “nova” identidade, embora ainda se identificassem com a identidade nativa, formando um elo integrativo entre os dois países, não ausente de contradições.

As experiências dos migrantes brasileiros, portanto, transpassam a simples sobrevivência econômica. Refletem as dificuldades e conquistas sociais e culturais, a

formação de uma identidade dupla, que, ao mesmo tempo, resguarda os valores inerentes à pátria mãe, e se adapta aos valores da pátria receptora, tornando-se parte do indivíduo, da coletividade, dividindo assim não apenas o espaço territorial mas o próprio ser, de modo que o migrante não sabe mais exatamente quem é, se brasileiro ou paraguaio, tornando-se, assim, “brasiguai”.

A construção de uma identidade e de uma realidade diferente está registrada no imaginário dos migrantes, mas se reflete diretamente na realidade vivenciada pelos mesmos na questão da posse da terra, ao final da década de 1980. O processo migratório, que deveria ser transitório, acabou marcando uma relação de identificação com o país, tal que dificulta agora o retorno desses migrantes e a possibilidade de obterem um local para viver, tanto no Paraguai quanto no Brasil.

Dessa forma, entende-se que a política agrária de Stroessner teve repercussões positivas e contraditórias. Positivas, no sentido de que alcançou seu propósito de abrir a fronteira, transformar a região fronteira em um pólo do agronegócio e contribuir para o desenvolvimento econômico do Paraguai. Contraditória, pois ao mesmo tempo, deixou de atender às necessidades de desenvolvimento social, cultural, político, gerando conflitos e maior desigualdade social, contribuindo, também para o empobrecimento dos imigrantes brasileiros que não conseguiram obter a propriedade das terras e sobreviver sob a política paraguaia.

Diante desse quadro, a política de Stroessner, na década de 1960 a 1980, representou um importante passo para as relações internacionais, o posicionamento do Paraguai no mundo globalizado, na visão desenvolvimentista do presidente. Foi, também, um apoio positivo ao imigrante brasileiro, que sonhava com melhores condições de vida frente às dificuldades vivenciadas no território brasileiro. Falhou, contudo, em não considerar o povo paraguaio, os conflitos entre estes e os migrantes e, principalmente, em incentivar a criação de grandes latifúndios, concentrando a terra em mãos de poucos, o que agravou a precariedade das relações sociais já existentes e contribuiu para o aumento dos conflitos e da desigualdade social tanto para os paraguaios quanto para os próprios imigrantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. L. C. 2010. *A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume.
- ARAÚJO, J. R. de C. 2012. *Brasil migrante*. Fluxos populacionais, políticas públicas e estruturas estatais (1980-2012). Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8093&Itemid=76>. Acesso em: 30 set. 2013.
- BÁRBARA, M. S. 2005. Brasiguai: territórios e jogos de identidade. IN: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A. P. (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares*. Rio de Janeiro: Revan.
- BORGES, B. 2012. *A ditadura paraguaia*. Disponível em: <<http://historiandonanet07.wordpress.com/2012/06/25/a-ditadura-paraguaia/>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- CERVO, A. L. 2001. *Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas*. Brasília: IBRI.
- COSTA, J. A. da. 2009. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos “brasiguaios”. *Revista Habitus: revista eletrônica dos alunos de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.56-71, jul.
- FERRARI, C. A. 2009. *Dinâmica territorial na (s) fronteira (s): um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do departamento de Alto Paraná – Paraguai*. Dissertação. Programa de Pós Graduação, Universidade Federal de Ciências Humanas. Dourados-MT, 193 f.
- FIORENTIM, M. I. 2010. *A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 112 f.
- GIL, A. C. 1999. *Métodos e técnicas em pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- GONÇALVES, K. B. 2010. Fronteira Brasil-Paraguai: a construção identitária do migrante brasileiro na colônia Nova Esperanza em YBY/YAU no Paraguai e seus desdobramentos sobre o Brasil. *Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 23- 26 ago.
- GONÇALVES, K. B. 2011. A migração de brasileiros para o Paraguai e seus desdobramentos: o caso da colônia *nueva esperanza* em yby yaú/ concepción. IV *Congreso Paraguayo de Población de la Asociación Paraguaya de Estudios de Población de la Asociación Paraguaya de Estudios de Población*, Asunción, 16-18 nov.
- NOGUEIRA, J. T. 2012. Duplo processo de expropriação camponesa: uma análise a partir da frente pioneira e frente de expansão. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*,

fev. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/18/jtn.html>>. Acesso em: 28 set. 2013.

OLIVEIRA, C. de. 2011. *Políticas governamentais do Brasil e Paraguai: a imigração brasileira em direção ao Paraguai*. Seminário Nacional Sociologia e Política, 26-28 set.

PRIORI, A.; KLAUCK, R. C. 2010. O retorno dos brasiguaios. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 109, a. X, p. 95-102, jun.

RIBEIRO, V. V. 2009. *Paraguai: um golpe de novo tipo e a permanente questão agrária*. Disponível em: <http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=5807:paraguai-um-golpe-de-novo-tipo-e-a-permanente-questao-agraria&catid=87:edicao-do-mes-de-setembro&Itemid=221>. Acesso em: 28 set. 2013.

RODRIGUES, C. M. 1997. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 1, p. 113-154.

SILVA, N. J. R. da; BEURET, J-E.; MIKOLASEK, O.; FONTANELLE, G.; DABBADIE, L.; MARTINS, M. I. E. G. 2007. Modelo teórico de análise de políticas públicas e desenvolvimento: um exemplo de aplicação na piscicultura. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, v. 54, n. 2, p. 43-66, jul./dez.

SOUCHAUD, S. 2011. A visão do Paraguai no Brasil. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, jan./jun.

TEUBAL, M. 2008. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, p. 139-90.